CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 20/09/2022 - 05:56

Combater o feminicídio é um desafio a candidatos ao GDF

Violência contra mulher vira debate na campanha

Caso da brigadista morta pelo ex-marido com golpes de uma pia quebrada é mais um triste episódio na estatística criminal. Candidatos ao Palácio do Buriti detalham ações para tragédias diárias como feminicídios

» ANA ISABEL MANSUR
» ARTHUR DE SOUZA

Os índices de criminalidade e violência no Distrito Federal terão de ser enfrentados com rigor por quem ocupar o Palácio do Buriti a partir de janeiro. Somente até agosto deste ano, a capital do país registrou 21,7 mil crimes violentos letais intencionais e contra o patrimônio. O número inclui homicídios, latrocínios (roubos seguidos de morte), lesões corporais seguidas de morte, furtos, roubos e estupros, além de tentativas de homicídio e latrocínio, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF). Em meio às tristes estatísticas, o recorte de gênero chama a atenção: apenas em 2022, são 13 casos de feminicídio no DF. A última vítima, Patrícia Rufino, 40 anos, foi assassinada no sábado pelo ex-marido, Cleiton Rogério Pereira Costa, com golpes de partes de uma pia, que ele quebrou para agredi-la. Patrícia deixa cinco filhos, dos quais quatro são do assassino (**Leia mais na página 16**).

O aprimoramento da segurança pública precisa incluir o enfrentamento à violência contra as mulheres. Professor de direito penal do Ceub, Víctor Minervino Quintiere lembra que esse combate deve ser feito de maneira articulada entre União, estados, DF, municípios e organizações não governamentais. "Mais importante do que reprimir, é evitar que as mulheres continuem sendo vítimas dessa prática monstruosa", avalia. O professor defende ações articuladas para evitar os crimes letais. "Os candidatos devem demonstrar capacidade de integração operacional da segurança pública com outras áreas, como assistência social, saúde, trabalho, educação e habitação." O próximo governador do DF, conforme explica Víctor, deverá trabalhar pelo fortalecimento de estatísticas de monitoramento "para identificar focos e aprimorar políticas educacionais". Ele também pede o aumento do atendimento policial especializado, para dar vazão às demandas.

O **Correio** reuniu as propostas dos candidatos ao governo para enfrentar a violência no Distrito Federal. Os programas dos seis políticos que lideram as intenções de voto — de acordo com a última pesquisa **Correio**/Opinião, de 5 de setembro — incluem a valorização dos profissionais, integração entre as forças de segurança, investimento em tecnologias, construção de inteligência articulada e rigor no combate à violência de gênero.

Programas sociais

Em busca da reeleição, o governador Ibaneis Rocha (MDB) reconhece a importância da autonomia da mulher na construção de uma sociedade mais segura. "A gente tem de combater o feminicídio cada vez mais e dar qualificação profissional para as mulheres. A maioria é líder dos lares da nossa cidade, e temos realizado, com os programas sociais, meios de entregar sempre o cartão do benefício nas mãos das mulheres, porque sabemos que elas têm responsabilidade e ajudam muito mais as suas famílias."

A senadora Leila do Vôlei (PDT) relembra os feitos do mandato, como a criação da Lei do Stalking (perseguição) e a destinação de 5% do fundo de segurança para a proteção das mulheres. "No meu plano de governo, estão previstas a construção de mais duas unidades da Casa da Mulher Brasileira e a criação de uma Delegacia Especial da Mulher na região norte do DF. Vamos lançar o projeto Mulher Segura, promovendo ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres e o feminicídio, e capacitar servidores da segurança pública para atendimento humanizado das mulheres vítimas de violência", detalha Leila.

Candidato do Partido Social Democrático (PSD), o empresário Paulo Octávio afirma que, caso assuma o GDF, fará uma gestão com "tolerância zero com o crime". "O aumento no número de agentes de segurança e a implementação de novas tecnologias trarão reflexos para a diminuição do crime", frisa. Em relação à violência doméstica, PO pretende criar um programa de proteção às mulheres. "Ele consiste no monitoramento do agressor e segurança preventiva da vítima, viabilizando um acionamento anti-pânico em caso de aproximação do autor do crime."

O deputado distrital Leandro Grass (PV), candidato da federação PV-PT-PCdoB, afirma que a segurança da população será assegurada com o aumento e melhor distribuição dos policiais nas cidades e áreas rurais, além da criação de um sistema integrado de prevenção. "Ele vai envolver não só as polícias militar e civil, como também as comunidades e outros órgãos do governo", comenta. Para a proteção das mulheres, Grass quer fortalecer e ampliar a Rede de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres. "Vamos fazer campanhas para conscientizar, prevenir e educar a população para combater o machismo, o racismo, o capacitismo, o etarismo e a LGBTfobia", frisa o distrital.

Policiamento

Candidato pela federação PSDB-Cidadania e PRTB, o senador Izalci Lucas (PSDB) garante que, caso eleito, vai integrar as polícias Civil e Militar, com uso tecnologia como drones, e intensificar o policiamento ostensivo e preventivo. "Vamos contratar PMs reformados para trabalhar na segurança das escolas. Faremos um revezamento do comando da SSP-DF entre um representante da Polícia Militar e um da Polícia Civil." Em relação à violência contra a mulher, o candidato cita a criação de mais delegacias especializadas, qualificação de pessoal e cobertura às vítimas. "A atual onda de feminicídio precisa ser estancada e somente uma vigilância mais permanente sobre os homens acusados pode evitar isso", alerta.

Keka Bagno (PSol), da federação PSol-Rede, propõe um modelo de segurança preventivo e comunitário, por meio da integração das forças e do aprimoramento das técnicas de investigação. A candidata também destaca a valorização da saúde física e mental dos profissionais. "Vamos priorizar a consolidação dos Conselhos de Segurança Pública em cada região administrativa, investir nas tecnologias e atuar para equiparação salarial e melhores condições de trabalho. A saúde dos trabalhadores será prioridade." Para ela, a defesa das mulheres deve incluir assistência social e educação. "Elas são as mais pobres e estão nas filas das creches e das unidades de saúde. Vamos garantir o acesso prioritário delas às políticas públicas em todas as áreas e construir mais uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Planaltina, para atender a região norte."

AS PROPOSTAS DE CADA UM

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Ibaneis Rocha (MDB)

» Ampliar o Sistema de Videomonitoramento e os Centros de Monitoramento Remotos.

» Projeto Trilha + Segura de prevenção à violência e à criminalidade, com atendimento e acompanhamento psicossocial de adolescentes entre 14 e 20 anos.

» Programa Órfãos do Feminicídio; incentivar maior participação no âmbito do Sistema de Recompensas do Distrito Federal; e ampliar investimentos de combate aos crimes de gênero.

» Trabalhar pela isonomia da Polícia Civil com a Polícia Federal; inserir policiais militares e bombeiros militares do DF no plano de saúde do GDF.

» Construir a Penitenciária do Distrito Federal 3.

Leila do Vôlei (PDT)

» Fortalecimento dos órgãos para melhoria da segurança nas escolas.

» Intensificar o policiamento preventivo comunitário nas proximidades das escolas e a percepção de risco a toda a comunidade escolar.

» Criar alternativas econômicas e sociais para evitar o engajamento de jovens egressos do sistema socioeducativo em dinâmicas do crime.

» Capacitação de servidores do sistema de segurança pública para atendimento humanizado, condução da ocorrência e encaminhamentos das meninas, mulheres e da população LGBTQIA+ em situação de violência.

» Investimento em tecnologias de monitoramento modernas.

Paulo Octávio (PSD)

» Reestruturar e valorizar as carreiras dos profissionais e unificar a base de dados de todas as forças de segurança.

» Implementar o programa Tolerância Zero à violência doméstica e combater com especial atenção o feminicídio.

» Criar o programa Segurança do Futuro, com novas tecnologias, como sensores, câmeras, inteligência artificial e botão antipânico.

» Segurança preditiva: identificar os locais com maior probabilidade de ocorrência de crimes, por meio de base de dados e análise criminal.

» Fortalecer e integrar o serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública do DF e do Entorno.

Leandro Grass (PV), da federação PV-PT-PCdoB

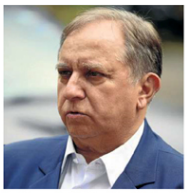
» DF em Paz: criar um sistema integrado, nas cidades e no meio rural, para combater todas as formas de violência, proteger as pessoas e afastar o medo e a insegurança.

» Envolver as comunidades, as polícias militar e civil e outros órgãos de governo que podem contribuir para efetivar a segurança no DF.

» Valorizar os profissionais de segurança pública.

» Evoluir para o conceito de segurança cidadã e comunitária.

» Estabelecer de forma clara, transparente e continuada o diálogo entre a população e governo em temas como ambientes urbanos, fachadas cegas, áreas sem iluminação e o papel das forças de segurança.



Izalci Lucas (PSDB), da federação PSDB-Cidadania e PRTB

» Segurança pública integrada, com estratégia baseada em concepção científica, adoção de ferramentas tecnológicas digitais e legislação atualizada.

» Recomposição e adequação gradual do efetivo das corporações e ajuste da remuneração.

» Polícia comunitária.

» Ação conjunta das forças de segurança pública do DF e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride), dos órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade civil e, também, o compartilhamento de dados e inteligência.

» Estruturar o atendimento, ações e programas de prevenção, acolhimento e proteção para vítimas de violência.

Carlos Vieira/CB/D.A Press

Keka Bagno (PSol), da federação PSol-Rede

» Criar casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência e regulamentar as leis do Programa Órfãos do Feminicídio e do Orçamento Mulheres.

» Valorizar a remuneração dos servidores e investir na formação continuada em mediação de conflitos, técnicas de negociação e direitos humanos.

» Realizar workshops sobre práticas antirracistas, antimachistas e anti LGBTQIA+fóbicas.

» Promover, no sistema penitenciário, programas efetivos de reinserção social, qualificação educacional e profissional.

» Construir medidas de justiça restaurativa para crimes de menor potencial ofensivo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 13

Copyright © Clipclap 2025.